



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Jurídica

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver os Cadernos de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS I****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Notícias e mais notícias

Confesso que já estou cheio de me informar sobre o mundo. Pela TV, pelo rádio, pelos incontáveis canais da Internet, pelos celulares, pelos velhos jornais e revistas não param de chegar notícias, comentários, opiniões formadas. Essas manifestações me cercam, obrigam-me a tomar conhecimento de tudo, enlaçam-me numa rede de informações infinitas, não me deixam ignorar nenhum acontecimento, do assalto no bar da esquina aos confrontos no Oriente Médio. Gostaria de descansar os olhos e os ouvidos, daria tudo para que se calassem por algum tempo essas notícias invasoras, e me sobrasse tempo para não saber mais nada de nada...

Minha utopia é acordar num dia sem notícias, quando os únicos acontecimentos sensíveis fossem os da natureza e os do corpo: amanhecer, clarear, ventar, escurecer – e andar, olhar, ouvir, sentar, deitar, dormir. Parece pouco, mas é mais que muito: é impossível. É impossível fruir esse estado de contemplação – melhor dizendo: de pura e permanente percepção de si e do mundo. Até porque partiria de nós mesmos a violação desse estado: em algum momento nos cansaríamos e passaríamos a cogitar coisas, a avaliar, a imaginar, e estenderíamos nossa curiosidade para tudo o que estivesse próximo ou distante. Em suma: iríamos atrás de informações. Ficaríamos ávidos por notícias do mundo.

O ideal talvez fosse um meio termo: nem nos escravizarmos à necessidade de notícias, nem nos abandonarmos a um confinamento doentio. Mas o homem moderno sabe cada vez menos equilibrar-se entre os extremos. Nossa época, plena de novidades, não nos deixa descansar. Cada tela apagada, cada aparelho desligado parece espreitar-nos, provocando-nos: – Você sabe o que está perdendo?

Desconfio que estejamos perdendo a capacidade de nos distrairmos um pouco com nós mesmos, com nossa memória, com nossos desejos, com nossas expectativas. Bem que poderíamos acreditar que há, dentro de nós, novidades a serem descobertas, notícias profundas de nós, que pedem calma e silêncio para se darem a conhecer.

(Aristides Bianco, inédito)

1. O autor do texto mostra-se, fundamentalmente, insatisfeito com
- (A) a irrelevância da maioria das matérias que pesquisa na Internet.
 - (B) o descaso com que os meios de comunicação veiculam informações.
 - (C) a profusão de informações que nos fazem esquecer de nós mesmos.
 - (D) a tendência moderna de valorizar em excesso as aptidões individuais.
 - (E) o excesso de estímulos que nos levam a uma permanente autoavaliação.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, o autor mostra-se ressentido com o fato de que só lhe chegam notícias que não têm qualquer importância.
 - II. No segundo parágrafo, a utopia referida pelo autor diz respeito a seu desejo de ter pleno controle sobre os meios de comunicação modernos.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor propõe, em substituição à utopia referida no parágrafo anterior, a postulação de um sensato equilíbrio.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. No último parágrafo, o autor manifesta sua dúvida quanto à
- (A) possibilidade de interiorização e autoconhecimento do homem moderno.
 - (B) existência de algo que valha a pena perscrutar dentro de nós.
 - (C) capacidade de retenção de nossa memória pouco exercitada.
 - (D) importância do silêncio, de que brotam profundas revelações.
 - (E) expectativa de que venhamos a saber filtrar as notícias do mundo.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *rede de informações infinitas* = cadeia de eventos intransmissíveis.
 - (B) *é impossível fruir* = é impraticável deslizar.
 - (C) *parece espreitar-nos* = simula divisar-nos.
 - (D) *um confinamento doentio* = um nocivo insulamento.
 - (E) *equilibrar-se entre os extremos* = amalgamar as polaridades.

5. O autor vale-se da referência *do assalto no bar da esquina aos confrontos do Oriente Médio* para
- (A) manifestar sua inconformada reação diante da violência urbana.
 - (B) exemplificar a variação e a desproporção características dos noticiários.
 - (C) referendar a combatividade das reportagens que denunciam os fatos.
 - (D) acusar o sensacionalismo com que se avaliam fatos políticos.
 - (E) ilustrar a frieza e a uniformidade com que se veiculam as notícias.



6. Na penúltima linha do segundo parágrafo, a frase *iríamos atrás de informação* expressa uma justificativa para o fato que se afirma em:
- (A) *Parece pouco, mas é mais que muito.*
- (B) *O ideal talvez fosse um meio termo.*
- (C) *(...) partiria de nós mesmos a violação desse estado (...)*
- (D) *Minha utopia é esta: acordar num dia sem notícias (...)*
- (E) *(...) pura e permanente percepção de si e do mundo.*

7. No último parágrafo, o autor admite que
- (A) há um tipo de notícias que seria muito proveitoso acessar.
- (B) não é de todo mau que nos envolvamos com as notícias do mundo.
- (C) seria preferível distrairmo-nos a ficarmos absortos em nós mesmos.
- (D) a paz e o silêncio deveriam ser as grandes novidades do mundo.
- (E) só é possível que nos solidarizemos se houver calma e silêncio.

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Aquele a quem (**sensibilizar**) os fatos do noticiário deve poupar-se de acompanhá-los todos os dias.
- (B) Não (**dever**) mover a ninguém as esperanças ou a crença em que o mundo se torne mais discreto e silencioso.
- (C) Em qualquer notícia que provenha do nosso íntimo não mais (**haver**) de se ocultar as verdades que fingimos desconhecer.
- (D) As pessoas a quem (**impor**) a TV, diuturnamente, notícias de toda espécie perdem a capacidade de discriminar o que é ou não importante.
- (E) As novidades que dentro de mim se (**mascarar**) só se revelarão mediante uma análise introspectiva.

9. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Quem se obriga a se informar o tempo todo acabaria por faltar-se de todas as notícias, sejam elas importantes ou não.
- (B) Ele não acreditaria se lhe dissemos que estivesse perdendo a capacidade de distrair-se consigo mesmo.
- (C) Seria preciso que acreditemos que há, dentro de nós, novidades que pedem calma e silêncio para se haverem dado a conhecer.
- (D) Só terá sido possível fruir esse estado de contemplação caso fôssemos concentrados em nós mesmos.
- (E) Por mais que nos informemos, o real sentido das notícias só se revela quando somos inteiramente senhores da nossa consciência crítica.

10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *passaríamos a imaginar coisas*, a forma verbal resultante será
- (A) haveremos de passar a imaginar.
- (B) passariam a ser imaginadas.
- (C) passariam sendo imaginadas.
- (D) teríamos passado a imaginar.
- (E) teriam passado a imaginar.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

A respeito do termo etnia

*Por **etnia** entende-se um grupo de pessoas que partilham vários atributos, como espaço geográfico, língua, costumes e valores, e que reivindicam para si o mesmo nome étnico e a mesma ascendência. Mas sempre há nisso grande dose de subjetividade. Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras entre as etnias e quantificar os grupos étnicos existentes no planeta. A língua, por exemplo, que parece um critério objetivo, não é suficiente para determinar diversas etnias, se tomada isoladamente, pois muitos grupos étnicos usam o mesmo idioma.*

O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX, em oposição às teorias racistas que evocavam argumentos de ordem biológica para justificar a dominação de um grupo humano sobre outros. A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. Todos os homens pertencem ao gênero Homo e à espécie Homo sapiens. Eventuais variações genéticas são mínimas e insuficientes para configurar diferenciações raciais.

Os homens agrupam-se socialmente, e as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. Fundamentalmente, um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso, e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo.

A existência de vários grupos étnicos no interior das mesmas fronteiras nacionais é uma situação comum, pois as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. Mas as diferenças étnicas, em diversos casos, são manipuladas para acirrar conflitos de fundo político ou econômico. O próprio conceito de raça humana, há muito não admitido pela antropologia moderna, serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito, violência e barbárie.

(Adaptado do **Almanaque Abril Cultural** 2009, p. 123)



11. De acordo com o texto, o conceito de **etnia** diz respeito, fundamentalmente,
- (A) às variações genéticas que vêm caracterizando, ao longo da História, os mais diferentes agrupamentos humanos.
 - (B) a critérios de identificação pelos quais se reconhecem grupos humanos, com base em alguns atributos compartilhados.
 - (C) a alguns fatores biológicos pelos quais os homens se distinguem uns dos outros, como a cor da pele ou traços fisionômicos.
 - (D) aos valores culturais que alguns grupos humanos classificam e julgam superiores aos de outros grupos.
 - (E) a critérios científicos e objetivos, a partir dos quais se pode justificar com mais rigor a reivindicação de superioridade cultural.
-
12. Atente para as seguintes afirmações:
- I. É mais difícil quantificar os grupos étnicos existentes do que estabelecer diferenças criteriosas entre as etnias.
 - II. Até o final do século XIX, o fato de haver raças diferentes serviu para justificar uma escalada de violências históricas.
 - III. O fato de haver diferentes etnias num mesmo território nacional não implica, necessariamente, uma situação de conflito.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
13. Deve-se entender da leitura do segundo parágrafo que
- (A) os estudos que levam ao conceito de **etnia** opõem-se a fundamentos das ciências biológicas.
 - (B) a palavra de **etnia** surgiu como uma espécie de alternativa semântica para veicular o conceito de **raça**.
 - (C) o conceito de **gênero** humano estabeleceu-se em função da invariância dos nossos fatores genéticos.
 - (D) as descobertas científicas foram desconsideradas na formulação do conceito de **etnia**.
 - (E) os fatores biológicos não têm relevância determinante para a fixação conceitual de **etnia**.
-
14. No quarto parágrafo, afirma-se que conflitos de fundo político ou econômico
- (A) podem ser acirrados por fatores outros, como diferenças étnicas ou invocações do conceito de **raça**.
 - (B) têm sua origem em argumentos que só se justificam quando se considera a antropologia moderna.
 - (C) existem sobretudo em função do instinto de dominação do homem, um impulso natural que provém das diferenças raciais.
 - (D) são, na verdade, conflitos de natureza étnica, embora justificados por razões de ordem racial.
 - (E) ocorrem quando manifestações de preconceito racial têm como justificativa razões de ordem meramente étnica.
-
15. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário que se faz sobre o texto:
- (A) Pode ser que ainda haja quem defenda o conceito de **raça** enquanto razão de superioridade entre todos os seres humanos.
 - (B) A antropologia moderna tem um papel decisivo no conceito de **raça**, ao qual ela deixou de relevar em função dos conceitos étnicos.
 - (C) São diferenças históricas, ou mesmo culturais, pelas quais os homens deixam de agregar-se socialmente, estabelecendo-as entre si.
 - (D) Muitas das piores manifestações de barbárie humana deveram-se à manipulação do conceito de **raça**, hoje rechaçado pela antropologia.
 - (E) Ainda que houvessem variações genéticas, elas seriam mínimas para almejarem a configuração de efetivas diferenças raciais entre os homens.
-
16. Considerando-se a correção da frase e o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que vem entre parênteses em:
- (A) *A ciência considera incorreto falar em diferentes raças quando se trata de seres humanos. (aonde for o caso de)*
 - (B) *(...) as semelhanças e diferenças que estabelecem entre si decorrem de processos históricos, sempre culturais, jamais naturais. (em meio a elas)*
 - (C) *(...) e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos que compõem o mesmo grupo. (se comparte entre os)*
 - (D) *(...) as populações humanas não são homogêneas, em razão das migrações no decorrer da história. (não obstante as)*
 - (E) *(...) serviu (e por vezes ainda serve) de pretexto para justificar as mais cruéis manifestações de preconceito (...) (razão de somenos para)*
-
17. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) São vários os atributos a que se pode recorrer para caracterizar um grupo étnico.
 - (B) Não são claras as fronteiras em cujas se deseja estabelecer uma objetiva distinção entre etnias.
 - (C) São mínimas as variações genéticas de que se poderia levar em conta para configurar alguma diferenciação racial.
 - (D) O fenômeno das migrações é um fator concorrente de que as populações não sejam homogêneas.
 - (E) O próprio conceito de **raça** humana, de cujo ninguém duvidava, é hoje dado como ultrapassado.



18. Representam uma **causa** e seu **efeito**, respectivamente, os seguintes segmentos do texto:

- (A) (...) grupo de pessoas que partilham vários atributos / há nisso grande dose de subjetividade. (1º parágrafo)
- (B) Daí ser difícil estabelecer fronteiras claras / a língua (...) parece um critério objetivo. (1º parágrafo)
- (C) O moderno conceito de etnia desenvolveu-se no século XX / em oposição às teorias racistas. (2º parágrafo)
- (D) (...) um indivíduo pertence a determinada etnia porque acredita nisso / e tal crença é compartilhada pelos demais indivíduos. (3º parágrafo)
- (E) (...) migrações no decorrer da história / as populações humanas não são homogêneas. (4º parágrafo)

19. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Entenda-se que para se considerar a existência de uma etnia, não pode deixar de ocorrer uma auto-identificação, ou seja uma autoconsciência de grupo social.
- (B) Foram, de fato, inúmeras as atrocidades perpetradas em nome de interesses políticos e econômicos, devidamente mascarados, aliás, por razões de ordem racial.
- (C) De acordo com a antropologia moderna, os grupos étnicos, devem ser considerados a partir de critérios, que incluam aspectos culturais, e fatores históricos.
- (D) Mesmo as pequenas diferenças étnicas, podem acabar servindo de pretexto, para que alguns grupos se sobreponham aos outros movidos por razões políticas.
- (E) Não há como separar, do conceito de etnia a noção de compartilhamento cultural, pela qual, diferentes grupos humanos, tomam consciência de sua própria identidade.

20. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:

- (A) Desenvolveu-se ao longo do século XX vários conceitos científicos, inclusive o de etnia.
- (B) Deve-se à antropologia moderna alguns avanços históricos, sobretudo no que diz respeito ao conceito de raça.
- (C) Constam entre as mais cruéis manifestações de barbárie a promoção dos terrores raciais, levada a cabo pelos nazistas.
- (D) Já não se pode lançar mão de razões racistas para se camuflar um interesse econômico ou político.
- (E) Não deixarão de haver, infelizmente, novas atrocidades coletivas, em nome de novos pretextos.

Controle Externo, Legislação Específica do Estado de Goiás e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

21. O controle Externo, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo

- (A) do Senado Federal.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) da Controladoria Geral da União.
- (D) do Congresso Nacional.
- (E) do Poder Executivo.

22. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Os tribunais de contas têm natureza colegial e exercem a função de fiscalização/auditoria e a função jurisdicional de julgamento, máxime, da responsabilidade financeira.
- II. O Sistema de Controle Externo estruturado e organizado na forma de Tribunais de contas caracteriza-se por haver um órgão singular, com funções exclusivas de auditoria, com inclinação a privilegiar o controle da boa gestão financeira. Em regra, o controle é exercido concomitante ou sucessivo, estando excluído o controle prévio.
- III. O Sistema de Controle Externo estruturado e organizado na forma de Tribunais de contas, adotado no Brasil, não possui função jurisdicional.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

23. Sistema de Controle Externo é

- (A) um conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos da entidade sejam alcançados de forma confiável, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão.
- (B) um plano de organização de todos os métodos e medidas adotadas para salvaguardar ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas.
- (C) uma técnica de revisão contábil, que, por meio do exame de documentos, livros, registros, verifica a fidedignidade das Demonstrações contábeis.
- (D) um conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.
- (E) um conjunto de ações de controle desenvolvidas por uma estrutura organizacional, com procedimentos, atividades e recursos próprios, não integrados na estrutura controlada, visando à fiscalização, à verificação e à correção de atos.



24. É correto afirmar:
- (A) A fiscalização, conforme artigo 70 da Constituição Federal, incide sobre aspectos relativos à conveniência e oportunidade relacionados à discricionariedade do administrador.
 - (B) O modelo de organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas da União não se aplica aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (C) A competência para julgar dada aos Tribunais de Contas no inciso II, artigo 71 da Constituição Federal, demonstra que o Poder Judiciário não tem competência para a ampla revisibilidade dos atos não-judiciais estritos.
 - (D) A expressão "todo território nacional" constante no artigo 73 da CF, confere ao TCU competência para fiscalizar a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente da origem dos recursos envolvidos.
 - (E) O modelo de organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas do União aplica-se apenas ao Tribunais de Contas Estaduais.
25. Figura entre as competências atribuídas pela Constituição Federal ao Tribunal de Contas da União
- (A) proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentada ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - (C) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
26. Consta na lista de competências atribuídas ao Tribunal de Contas de Goiás, e definida em sua Lei Orgânica,
- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador.
 - (B) apreciar as contas dos administradores da administração direta.
 - (C) fiscalizar a execução das políticas públicas estabelecidas em orçamento programa.
 - (D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação para cargo de provimento em comissão.
 - (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União.
27. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Goiás, o prazo para emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à apreciação do Tribunal de Contas pela comissão permanente da Assembleia Legislativa, contado da data do recebimento da solicitação, é de
- (A) 15 dias.
 - (B) 20 dias.
 - (C) 25 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 35 dias.
28. Entre os aspectos dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, sobre os quais o Tribunal de Contas de Goiás decidirá no julgamento das contas, figura
- (A) a conveniência.
 - (B) a proporcionalidade.
 - (C) a oportunidade.
 - (D) a prudência.
 - (E) o conservadorismo.
29. A capacidade de que são dotados os Tribunais de Contas para estabelecer os órgãos, os meios e as formas pelas quais se encarregará de cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas pela Constituição denomina-se autonomia
- (A) administrativa.
 - (B) financeira.
 - (C) orçamentária.
 - (D) econômica.
 - (E) processual.
30. Considere as seguintes afirmativas:
- I. O auditor, quando em substituição ao Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, inclusive no que se refere à vitaliciedade, terá as de Juiz de Direito de última entrância.
 - II. Os órgãos e as entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, devem disponibilizar espaço físico adequado, em sua sede administrativa, para viabilizar o trabalho das equipes de fiscalização.
 - III. A jurisdição do Tribunal abrange as pessoas físicas que cometerem irregularidade na qual inexistam danos ao erário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) III.



31. Conforme artigo 16 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Goiás compete à Corregedoria Geral
- (A) representar o Tribunal perante os Poderes da União, dos Estados e Municípios, e demais autoridades.
 - (B) praticar os atos de administração orçamentária, financeira e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal.
 - (C) prestar as contas anuais do Tribunal à Assembleia Legislativa, bem como encaminhar os relatórios trimestrais e anuais de suas atividades.
 - (D) encaminhar ao Governador a lista tríplice para escolha de Conselheiro.
 - (E) verificar o cumprimento dos prazos regimentais e, no caso de não-observância, instaurar sindicância, fundamentando sua decisão quando entender não cabível.
-
32. Segundo disposto no Regimento Interno, compete ao Tribunal de Contas de Goiás decidir a respeito do ato de sus-tação do contrato, quando a Assembleia Legislativa não efetivar as medidas que lhe forem cabíveis, no prazo de
- (A) 90 dias.
 - (B) 80 dias.
 - (C) 70 dias.
 - (D) 60 dias.
 - (E) 50 dias.
-
33. Considere as seguintes afirmativas:
- I. As autoridades e os servidores públicos estaduais entregarão, anualmente, à Unidade de Pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, cópia assinada da mesma declaração apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda – Pessoa Física.
 - II. A apresentação das Declarações de Bens e Rendidas, por autoridades e servidores públicos estaduais relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730, deverá ser feita no prazo de até 15 dias após a data limite fixada pelo Tribunal de Contas para prestação de contas do Poder Executivo.
 - III. Conforme estabelece a Lei nº 8.730, na ocorrência de afastamento temporário as autoridades e servidores públicos deverão entregar versão atualizada da última declaração de bens e rendimentos apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda – Pessoa Física.
- Com base na Resolução 134/94, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) III.
 - (B) III e II.
 - (C) II.
 - (D) I e II.
 - (E) I.
-
34. Com base na Lei nº 10.460/88, é correto afirmar:
- (A) Carreira é o agrupamento de cargos de mesmos vencimentos e responsabilidades, para os quais sejam exigidos os mesmos requisitos gerais de instrução e experiência para o provimento.
 - (B) Cargo é a atribuição ou o conjunto de atribuições específicas que devem ser executadas por um funcionário na estrutura organizacional, fornecendo elementos para a caracterização, descrição, classificação e avaliação da função.
 - (C) Função é a atribuição ou o conjunto de atribuições específicas que devem ser executadas por um funcionário na estrutura organizacional, fornecendo elementos para a caracterização, descrição, classificação e avaliação do cargo.
 - (D) O conjunto de cargos não-hierarquizados segundo a estrutura organizacional, integrantes dos campos de atuação operacional, administrativo e manutenção do serviço público estadual denomina-se série de classes.
 - (E) Categoria funcional é o conjunto de classes do mesmo grau profissional, dispostas hierarquicamente, de acordo com a complexidade, ou dificuldade das atribuições e o nível de responsabilidade, constituindo a linha natural de promoção do funcionário.
-
35. Considere as seguintes afirmativas sobre os atos do processo administrativo:
- I. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
 - II. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, mesmo que o adiamento não prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.
 - III. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
36. Segundo estabelece a Lei Complementar Estadual nº 64, de 16/12/2008, é vedado o pagamento com recursos do fundo rotativo de despesa
- (A) de capital.
 - (B) de participação em exposições.
 - (C) com serviços gráficos.
 - (D) com fornecimento de alimentação.
 - (E) de diárias.



37. Segundo a Lei nº 16.434, de 16/12/2008, são consideradas despesas miúdas de pronto pagamento as que alcançarem, do limite estabelecido no art. 23, II, "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até
- (A) 15%
- (B) 13%
- (C) 11%
- (D) 10%
- (E) 5%
-
38. Segundo Decreto nº 5.721, de 27/02/03, são princípios correlatos aos quais está juridicamente condicionada a licitação na modalidade Pregão:
- (A) impessoalidade e razoabilidade.
- (B) celeridade e finalidade.
- (C) razoabilidade e igualdade.
- (D) proporcionalidade e publicidade.
- (E) publicidade e probidade.
-
39. Segundo Decreto nº 6.092, de 25/02/2005, cabe ao órgão participante do registro de preço indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, compete
- (A) realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrente, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes.
- (B) promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei.
- (C) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitada, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata.
- (D) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços.
- (E) promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas, nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei.
-
40. De acordo com o Decreto nº 6.092, de 25/02/2005, o prazo de validade da Ata de Registro de Preços NÃO poderá ser superior a
- (A) 2 anos, não incluídas as eventuais prorrogações.
- (B) 3 anos, computadas as eventuais prorrogações.
- (C) 1 ano, computadas as eventuais prorrogações.
- (D) 1 ano, não incluídas as eventuais prorrogações.
- (E) 6 meses, computadas as eventuais prorrogações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**Direito Constitucional**

41. Na hipótese de cometimento de crime de responsabilidade pelo Presidente da República,
- (A) a acusação contra o Presidente deverá ser admitida pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.
- (B) será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Presidente ficará suspenso de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, pelo prazo máximo de cento e vinte dias.
- (D) será necessário aguardar o término de seu mandato para o processamento e julgamento respectivo, dado que não pode haver responsabilização do Presidente da República na vigência de seu mandato.
- (E) sua eventual condenação limita-se à perda do cargo, com inabilitação por oito anos para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.
-
42. É garantia do direito de propriedade a previsão constitucional segundo a qual
- (A) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.
- (B) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- (C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, salvo se não existirem outros bens penhoráveis.
- (D) é vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal utilizar tributo com efeito de confisco.
- (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
-
43. Considere as seguintes afirmações sobre a intervenção no Estado e no Município:
- I. Nos termos e limites previstos na Constituição da República, a União poderá intervir nos Estados e os Estados nos Municípios, inclusive naqueles situados em Território federal.
- II. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que sempre nomeará um interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de quarenta e oito horas.
- III. A decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



44. Nos termos da Constituição da República, se for verificada ilegalidade na prática de ato submetido à análise do Tribunal de Contas da União,
- (A) o Tribunal assinará prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e, se não atendido, sustará a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (B) o órgão ou entidade terá prazo de 90 dias para correção da ilegalidade, sob pena de sustação do ato diretamente pelo Congresso Nacional.
- (C) o representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal formulará pedido ao órgão competente do Poder Judiciário, para que possa haver cominação ao responsável de multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (D) deverá o Tribunal comunicar o fato ao Congresso Nacional, que, na qualidade de titular da função de fiscalização financeira, notificará o órgão ou entidade para que adote as medidas cabíveis, sob pena de anulação do ato.
- (E) o órgão ou entidade ficará desde logo impedido de realizar, de ofício ou mediante provocação, atos tendentes à correção da ilegalidade, resolvendo-se a situação exclusivamente na esfera judicial.
45. A Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, alterou a redação do artigo 17, § 1º, da Constituição da República, para o fim de assegurar aos partidos políticos autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- Em sede de ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto a redação dada pela Emenda Constitucional a referido dispositivo, o Supremo Tribunal Federal, julgando-a procedente, entendeu que este parágrafo não se aplicaria às eleições que ocorreriam naquele mesmo ano de 2006, mas apenas ao pleito seguinte.
- Nessa hipótese, o Supremo Tribunal Federal
- (A) realizou uma interpretação literal e sistemática da norma submetida a controle de constitucionalidade.
- (B) procedeu à interpretação conforme à Constituição, uma vez que esta estabelece que a lei que alterar o processo eleitoral entra em vigor na data de sua publicação, mas não se aplica à eleição que ocorra até um ano após a data de sua vigência.
- (C) equivocou-se ao apreciar a constitucionalidade de norma inserida em emenda constitucional, uma vez que apenas normas infraconstitucionais se submetem a controle de constitucionalidade.
- (D) identificou a existência de vício de iniciativa na proposta de emenda à Constituição, que acarretou a suspensão da eficácia da norma dela decorrente.
- (E) negou vigência à emenda constitucional, extrapolando os limites de exercício de suas atribuições.
46. Projeto de lei ordinária de iniciativa de Deputado Federal, prevendo a criação de 15 cargos de assessoramento no âmbito do Ministério da Saúde, é aprovado pelo voto da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único de votação. Referido projeto de lei
- (A) é formalmente inconstitucional, pois padece de vício de iniciativa.
- (B) usurpa competência do Presidente da República para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal.
- (C) é materialmente inconstitucional, por dispor sobre matéria reservada à lei complementar.
- (D) não observou o devido processo legislativo, no que se refere a quorum e turnos de votação de propostas que visem à criação de cargos.
- (E) é formal e materialmente compatível com as disposições constitucionais aplicáveis à espécie.
47. Ao dispor sobre repartição das receitas tributárias entre os entes da Federação, a Constituição da República prevê que pertence aos Estados
- (A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas autarquias e fundações municipais localizadas em seus territórios.
- (B) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir, mediante lei complementar, no exercício da competência que lhe é atribuída constitucionalmente para instituir impostos não discriminados na Constituição.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (D) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de imóveis situados em seus territórios.
- (E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
48. Em matéria de ingresso e promoção na carreira da magistratura, a Constituição da República estabelece a necessidade de observância de princípios que elenca, dentre os quais o de que
- (A) o ingresso na carreira se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, quatro anos de atividade jurídica.
- (B) a promoção por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta.
- (C) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- (D) não será promovido, salvo por antiguidade, o juiz que retiver autos em seu poder além do prazo legal.
- (E) na apuração de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros.



49. Supondo a inexistência de lei federal que trate da responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, eventual lei estadual que dispusesse sobre a matéria
- (A) deveria restringir-se a cuidar de questões específicas, sendo vedado à legislação estadual dispor sobre normas gerais.
 - (B) somente poderia ser editada se houvesse lei complementar federal que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
 - (C) seria compatível com a Constituição da República, desde que se restringisse a veicular normas gerais, dado que a competência legislativa plena somente poderia ser exercida pela União.
 - (D) teria sua eficácia suspensa naquilo que fosse contrária a lei federal sobre normas gerais superveniente.
 - (E) seria incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
50. Relativamente à situação de servidor público da administração direta no exercício do mandato eletivo, estabelece a Constituição da República que
- (A) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - (B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar por sua remuneração.
 - (C) investido no mandato de Vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- Direito Administrativo**
51. Considere que determinado ato administrativo seja praticado mediante expressa invocação de circunstância de fato que, se existente, realmente permitiria a prática regular do ato. Todavia, posteriormente constatou-se que essa circunstância de fato não existiu, embora no momento da edição do ato a autoridade estivesse legitimamente convencida do contrário. Em tal situação, de acordo com a doutrina e legislação aplicáveis à matéria, o ato administrativo em questão
- (A) é válido e regular, porque a autoridade agiu de boa-fé.
 - (B) será válido e regular se as novas circunstâncias fáticas permitirem o aproveitamento do ato já praticado.
 - (C) poderá ser revogado, por motivo de superveniente interesse público.
 - (D) é anulável, aplicando-se as regras pertinentes aos vícios do consentimento.
 - (E) deverá ser anulado, por inexistência dos motivos.
52. Considerando a disciplina atualmente vigente quanto às desapropriações por necessidade ou utilidade pública, incluindo decisões do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:
- (A) Não é possível a imissão provisória na posse do imóvel desapropriando.
 - (B) A imissão provisória na posse do imóvel desapropriando é condicionada ao prévio pagamento integral da indenização.
 - (C) Não fluem juros moratórios nem compensatórios nas ações de desapropriação indireta ou desapossamento administrativo.
 - (D) Os juros compensatórios são calculados à taxa máxima de 6% ao ano.
 - (E) Os juros compensatórios incidirão sobre a diferença entre o valor da indenização, de um lado, e o levantado pelo proprietário, por ocasião da imissão provisória na posse, de outro.
53. Dentre os requisitos mínimos de conteúdo do edital de licitação, NÃO se faz presente o que consiste em:
- (A) Critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos.
 - (B) Objeto da licitação, descrito clara e sucintamente.
 - (C) Minuta de contrato a ser celebrado, sob a forma de anexo.
 - (D) Condições de anulação e revogação superveniente da licitação.
 - (E) Sanções para o caso de inadimplemento.
54. Nas licitações conduzidas sob a modalidade de pregão, depois de abertos os envelopes
- (A) de habilitação, os concorrentes habilitados poderão fazer lances sucessivos, até que se verifique a melhor oferta.
 - (B) contendo as propostas comerciais, poderão fazer lances sucessivos os licitantes que oferecerem preço não superior a 10% da melhor oferta.
 - (C) contendo as propostas comerciais, todos os licitantes habilitados poderão fazer lances sucessivos.
 - (D) contendo as propostas comerciais, poderão fazer lances sucessivos os licitantes com as três melhores ofertas, em qualquer caso.
 - (E) de habilitação, apenas poderão fazer lances sucessivos os licitantes com as três melhores ofertas, em qualquer caso.
55. No caso de rescisão de contrato administrativo por ato unilateral da Administração, em decorrência de razões de interesse público que justifiquem a cessação da contratação, o contratado
- (A) terá direito à indenização, se não houver agido com culpa.
 - (B) terá direito à indenização, mesmo se houver agido com culpa.
 - (C) terá direito à indenização, se o contrato assim o estabelecer.
 - (D) não terá direito à indenização, mas poderá pleitear o ressarcimento por lucros cessantes.
 - (E) não terá direito à indenização, mas poderá pleitear o recebimento dos valores devidos até o fim do contrato.



<p>56. Determinada concessionária de serviço público contraiu financiamento, perante instituições financeiras, para o regular desempenho de suas atividades. Todavia, deixou de honrar os compromissos assumidos relativamente ao financiamento e, nos termos do respectivo contrato, a instituição credora poderá assumir o controle societário da concessionária devedora. Se isto vier a acontecer, o contrato de concessão</p> <p>(A) será automaticamente rescindido, pois é proibida a alteração do controle societário da concessionária.</p> <p>(B) poderá ser rescindido pela Administração, se não for conveniente a alteração do controle societário da concessionária.</p> <p>(C) não será rescindido, se este contrato assim o permitir e os financiadores atenderem às exigências de regularidade jurídica e fiscal.</p> <p>(D) não será rescindido, se este contrato assim o permitir e os financiadores atenderem às qualificações técnicas de prestação do serviço.</p> <p>(E) não será rescindido, porque a relação jurídica decorrente da concessão não se altera em função da alteração do controle societário da concessionária.</p>	<p>60. A prática de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário</p> <p>(A) gera ao agente infrator o dever de ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos causados, apurando-se a sua responsabilidade civil em caráter objetivo, na forma do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.</p> <p>(B) gera ao agente infrator o dever de indenizar, revertendo a indenização a fundo de reparação de direitos difusos lesados, gerido por entidades da sociedade civil com participação do Ministério Público.</p> <p>(C) não gera o dever de indenizar.</p> <p>(D) apenas ensejará o dever de indenizar se as demais sanções correspondentes ao ato de improbidade não forem suficientes para a adequada correção do ilícito, a ser apreciado pelo juiz na eventual sentença condenatória.</p> <p>(E) gera ao agente infrator o dever de indenizar, determinando eventual sentença condenatória o pagamento em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ato ilícito.</p>
<p>57. A partir da definição legal de poder de polícia, constante do art. 78 do Código Tributário Nacional, extrai-se que esse poder</p> <p>(A) deve ser sempre exercido em função do interesse público.</p> <p>(B) é eminentemente discricionário e não pode ser exercido em caráter vinculado.</p> <p>(C) sobrepõe-se à estrita legalidade, cabendo seu exercício na omissão da lei.</p> <p>(D) compete a entidades da administração direta e indireta, regidas pelo direito público ou pelo direito privado.</p> <p>(E) pode ser exercido por um ente político sobre outro.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>61. A respeito dos direitos da personalidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.</p> <p>(B) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas o seu exercício pode sofrer limitação voluntária.</p> <p>(C) o ato de disposição do próprio corpo para depois da morte com objetivo altruístico deve ser gratuito, mas, com objetivo científico, pode ser oneroso.</p> <p>(D) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.</p> <p>(E) o ato de disposição do próprio corpo para depois da morte, no todo ou em parte, para fins altruísticos, não comporta revogação.</p>
<p>58. O ato pelo qual o servidor público é investido no exercício do cargo e o ato pelo qual o servidor público inicia efetivamente o exercício de suas funções são denominados, respectivamente,</p> <p>(A) nomeação e provimento.</p> <p>(B) provimento e remoção.</p> <p>(C) investidura e provimento.</p> <p>(D) provimento e posse.</p> <p>(E) nomeação e posse.</p>	<p>62. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado</p> <p>(A) somente no último ponto do território brasileiro em que foi domiciliado.</p> <p>(B) somente do Distrito Federal.</p> <p>(C) somente no exterior, no lugar onde se encontra exercendo as suas funções.</p> <p>(D) no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.</p> <p>(E) somente no exterior, na capital do país onde está exercendo as suas funções.</p>
<p>59. As servidões administrativas constituem-se</p> <p>(A) sempre mediante acordo com o proprietário do imóvel, que disciplinará o valor da indenização a ser paga.</p> <p>(B) diretamente por lei ou por ato administrativo, cabendo ao proprietário o direito de receber indenização, conforme o caso concreto.</p> <p>(C) mediante ato administrativo objeto de registro imobiliário, sem o qual não produz efeitos.</p> <p>(D) por comando legal com destinatários genéricos, abrangendo indistintos imóveis, sem indenização.</p> <p>(E) de acordo com o procedimento aplicável às desapropriações, iniciando-se com prévio decreto de instituição.</p>	<p>63. A respeito do negócio jurídico é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.</p> <p>(B) a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.</p> <p>(C) o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, ainda que seja necessária a declaração de vontade expressa.</p> <p>(D) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar da sua celebração.</p> <p>(E) nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que no sentido literal da linguagem.</p>



64. Num negócio jurídico, houve erro de cálculo do valor das prestações mensais do preço estabelecido para a transação. Nesse caso, o erro de cálculo
- (A) implica a inexistência do negócio jurídico.
(B) apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
(C) acarreta a nulidade do negócio jurídico.
(D) possibilita a anulação do negócio jurídico.
(E) só possibilita a anulação do negócio jurídico se o seu objeto for bem imóvel.
65. José recebeu quantias em dinheiro de Paulo, Pedro e Antonio, que assinaram escrituras de doação em seu favor, com fundado temor de dano imediato decorrente de ameaças por este formuladas. José ameaçou Paulo de agressão física; intimidou Pedro, ameaçando agredir seu neto; e disse a Antonio que, se não o fizesse, atearia fogo em sua fazenda. Nesse caso, pode(m) ser anulada(s) por coação a(s) doação(ões) feita(s) por
- (A) Pedro e Antonio, apenas.
(B) Paulo, apenas.
(C) Paulo e Pedro, apenas.
(D) Paulo e Antonio, apenas.
(E) Paulo, Pedro e Antonio.
66. A respeito da decadência, considere:
- I. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
II. A decadência não corre contra os absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
III. O protesto cambial sempre interrompe o prazo decadencial.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) II e III.
(E) III.
67. A respeito da prova dos atos jurídicos, é correto afirmar:
- (A) A presunção pode ser meio de prova do fato jurídico se não se tratar de negócio jurídico a que se impõe forma especial.
(B) Os documentos redigidos em língua estrangeira terão efeitos legais no país, mesmo se não tiverem sido traduzidos para o português.
(C) Pode ser obrigada a depor pessoa que, por estado ou profissão, deva guardar segredo, para a prova de fatos que só ela conheça.
(D) Se o valor do negócio jurídico ultrapassar o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, a prova testemunhal não é admissível, nem como subsidiária ou complementar da prova escrita.
(E) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário poderá aproveitar-se de sua recusa.
68. A pretensão de ressarcimento do enriquecimento sem causa e a de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescrevem em
- (A) 2 e 3 anos, respectivamente.
(B) 2 e 4 anos, respectivamente.
(C) 3 anos, em ambas hipóteses.
(D) 3 e 5 anos, respectivamente.
(E) 4 anos, em ambas hipóteses.
69. É nulo o negócio jurídico por vício resultante de
- (A) fraude contra credores.
(B) lesão.
(C) simulação.
(D) estado de perigo.
(E) erro.
70. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que
- (A) a sucessão por morte obedece à lei do país em que estiverem situados os bens deixados pelo falecido.
(B) regerá os casos de invalidade do matrimônio, tendo os nubentes domicílios diversos, a lei do domicílio do marido.
(C) chama-se coisa julgada o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
(D) a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, na data de sua publicação.
(E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.
- Direito Processual Civil**
71. A respeito da suspensão e extinção do processo, é correto afirmar que
- (A) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, o juiz extinguirá o processo sem resolução de mérito.
(B) a decisão que indefere a petição inicial por inépcia implica a extinção do processo com resolução de mérito.
(C) o juiz não poderá conhecer de ofício matéria referente à possibilidade jurídica do pedido.
(D) o réu que não alegar litispendência na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas do retardamento.
(E) a morte ou perda de capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, acarretará a extinção do processo sem resolução de mérito.



72. A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar que
- (A) a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
 - (B) a superveniência de feriado suspende os prazos processuais previstos em lei.
 - (C) no cômputo dos prazos processuais será incluído o dia do começo e do vencimento.
 - (D) se o expediente forense for encerrado antes da hora normal, o prazo processual será acrescido, no primeiro dia útil subsequente, das horas que faltaram no dia em que ocorreu a interrupção.
 - (E) na falta de disposição legal ou assinatura pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 3 dias.

73. As medidas cautelares
- (A) não podem ser concedidas pelo juiz sem ouvir o réu.
 - (B) podem ser requeridas no curso do processo principal.
 - (C) podem ser contestadas pelo requerido no prazo de 15 dias.
 - (D) perdem a sua eficácia sessenta dias após a data da efetivação.
 - (E) não podem, por expressa vedação legal, ser substituídas por caução.

74. Na ação civil pública,
- (A) a Defensoria Pública não pode figurar no polo ativo.
 - (B) a pretensão poderá versar sobre cobrança de contribuições previdenciárias em atraso.
 - (C) o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa, no caso de desistência infundada ou abandono por associação legitimada.
 - (D) o juiz poderá conceder mandado liminar em decisão irrecurável.
 - (E) a execução da multa cominada liminarmente não depende do trânsito em julgado da sentença.

75. A respeito da ação popular, considere:
- I. O prazo para contestação é de 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação cumprido ou do decurso do prazo assinado em edital.
 - II. O Ministério Público acompanhará a ação, podendo promover a responsabilidade civil ou criminal dos que nela incidirem ou assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.
 - III. Das sentença e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

Direito Penal

76. Considere:
- I. Carta dirigida ao chefe de repartição pública.
 - II. Cheque.
 - III. Testamento particular.
 - IV. Livro Mercantil.
- Equiparam-se a documento público, para os efeitos penais, os indicados APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II, III e IV.
77. Constitui crime de "Lavagem" ou Ocultação de Bens e Valores o fato de alguém ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Esse delito
- (A) pode ser reconhecido com indícios suficientes da existência do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.
 - (B) depende do prévio julgamento do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.
 - (C) só é punível se houver consumação, não se admitindo a forma tentada.
 - (D) não é punível se desconhecido o autor do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.
 - (E) só depende do prévio julgamento do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, se cometido fora do país.
78. Constitui crime funcional contra a ordem tributária, dentre outros,
- (A) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou à prestação de serviço efetivamente realizada, ou fornecer a nota em desacordo com a legislação.
 - (B) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
 - (C) exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.
 - (D) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
 - (E) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
79. João, funcionário público, exigiu de Paulo a quantia de R\$ 10.000,00 para dar andamento a processo administrativo de seu interesse. Paulo recusou-se a pagar a referida quantia e comunicou o ocorrido ao superior hierárquico de João. Nesse caso, João cometeu
- (A) crime de corrupção passiva consumada.
 - (B) apenas ilícito administrativo.
 - (C) crime de tentativa de concussão.
 - (D) crime de concussão consumado.
 - (E) crime de tentativa de corrupção passiva.



80. Luiz foi visitado por um fiscal, que encontrou irregularidades na escrituração de sua empresa. Pedro, pessoa de grande prestígio na cidade, companheiro de clube e amigo do fiscal, solicitou de Luiz a quantia de R\$ 5.000,00 a pretexto de influir o fiscal a deixar de multá-lo pelas irregularidades constatadas. O fiscal, no entanto, autuou a empresa e aplicou as multas cabíveis. Nesse caso, Pedro
- (A) não cometeu nenhum delito, pois não evitou a autuação.
 - (B) responderá por crime de tráfico de influência.
 - (C) responderá por crime de exploração de prestígio.
 - (D) responderá por crime de corrupção ativa.
 - (E) responderá por crime de corrupção passiva.

Direito Tributário

81. Os tributos classificam-se em vinculados e não-vinculados. É exemplo de tributo vinculado, de forma direta, com finalidade de remunerar serviço público:
- (A) o imposto.
 - (B) a taxa.
 - (C) a contribuição de melhoria.
 - (D) a contribuição social.
 - (E) o empréstimo compulsório.
82. Previsto expressamente na Constituição Federal como sendo um princípio direcionado aos impostos para que, sempre que possível, tenham caráter pessoal e atendam às condições econômicas do contribuinte, corresponde ao princípio da
- (A) isonomia.
 - (B) pessoalidade.
 - (C) capacidade contributiva.
 - (D) dignidade da pessoa humana.
 - (E) progressividade.
83. A Constituição Federal expressamente contempla a imunidade aos templos de qualquer culto. Esta imunidade alcança
- (A) todos os tributos.
 - (B) todos os impostos.
 - (C) os tributos que incidam sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais da entidade.
 - (D) os impostos que incidam sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com as finalidades essenciais da entidade.
 - (E) os tributos que incidam sobre as atividades discriminadas em lei complementar.

84. A competência tributária
- (A) é competência constitucional administrativa.
 - (B) é conferida sempre em caráter exclusivo ou privativo a cada um dos entes federados.
 - (C) é delegável, mediante lei complementar do ente detentor da competência constitucional.
 - (D) não pode deixar de ser exercida pelo ente competente, sob pena de caracterizar renúncia de receita.
 - (E) é indelegável e privativa dos entes políticos tributantes.

85. Sobre prescrição e decadência em matéria tributária, considere:
- I. A decadência é a perda do direito do Fisco de cobrar o crédito tributário.
 - II. A prescrição para cobrança do crédito tributário é de cinco anos, a contar da constituição definitiva do mesmo.
 - III. A decadência se interrompe com a notificação válida do lançamento.
 - IV. A prescrição se interrompe, dentre outras causas, por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
 - V. O prazo prescricional tem termo inicial no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) I, II, IV e V.

86. NÃO é forma de renúncia de receita
- (A) o parcelamento.
 - (B) a anistia.
 - (C) a isenção.
 - (D) a remissão.
 - (E) a redução de alíquota.

87. Determinado contribuinte quitou seu débito tributário por meio de cheque. Todavia, o cheque foi devolvido pelo sacado por falta de fundos. Nesse caso, o crédito tributário
- (A) considera-se extinto a partir do recebimento do cheque, devendo o Fisco executar este título executivo extrajudicial por meio de execução fiscal.
 - (B) considera-se extinto, pois poderia o Fisco ter se recusado a receber pagamento por meio de cheque. Como não o fez, não há como cobrar o valor correspondente ao crédito tributário.
 - (C) não está extinto, uma vez que o crédito pago por meio de cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.
 - (D) não está extinto, pois não se admite, em nenhuma hipótese, o pagamento de crédito tributário por meio de cheque.
 - (E) perde a natureza tributária e os privilégios que lhe são inerentes, tornando-se o Fisco mero credor quirografário, devendo promover execução cível.



	Direito Financeiro
<p>88. Sobre lançamento, é correto afirmar que</p> <p>(A) reporta-se à constituição do crédito tributário e rege-se pela lei então vigente.</p> <p>(B) salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional do câmbio do dia da constituição do crédito tributário.</p> <p>(C) a Fazenda Pública pode, a qualquer tempo, proceder a revisão do lançamento.</p> <p>(D) o lançamento só se considera regularmente constituído após impugnação do sujeito passivo.</p> <p>(E) aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização.</p>	<p>91. As receitas podem ser classificadas, em relação à origem, como originárias ou derivadas. São exemplos de cada uma destas espécies, respectivamente,</p> <p>(A) preço e penalidades pecuniárias.</p> <p>(B) tributos e penalidades pecuniárias.</p> <p>(C) empréstimos e prescrição aquisitiva.</p> <p>(D) pena de perdimento de bens e bens vacantes.</p> <p>(E) reparação de guerra e invenção.</p>
<p>89. Sobre a responsabilidade tributária, é correto afirmar:</p> <p>(A) O contrato de locação é o meio necessário para transferir a responsabilidade tributária do locador ao locatário pelos tributos incidentes sobre o imóvel locado.</p> <p>(B) É admissível que o alienante assuma, na escritura pública, a responsabilidade tributária pelos tributos incidentes sobre o imóvel objeto de alienação.</p> <p>(C) Os sócios são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pela empresa objeto de recuperação judicial.</p> <p>(D) O espólio é pessoalmente responsável tributário por todos os tributos devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão.</p> <p>(E) É sempre responsável tributário o adquirente que, em alienação judicial no processo de falência, adquire o estabelecimento comercial ou fundo de comércio.</p>	<p>92. Sobre a disciplina constitucional do controle dos orçamentos é correto afirmar:</p> <p>(A) O controle externo é realizado com exclusividade pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(B) O controle interno é realizado por cada Poder e o controle externo é realizado pelo Congresso Nacional, no âmbito Federal.</p> <p>(C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União é competência exclusiva do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Executivo, mas possui independência.</p> <p>(E) No controle externo do orçamento, o Tribunal de Contas julga as contas do Chefe do Executivo.</p>
<p>90. O Código Tributário Nacional elenca as hipóteses de extinção do crédito tributário. Sobre esta matéria, é correto afirmar que</p> <p>(A) haverá presunção de pagamento total de um crédito tributário quando o contribuinte prova o pagamento da última parcela.</p> <p>(B) não se admite, em matéria tributária, a concessão de desconto pela antecipação do pagamento de um crédito.</p> <p>(C) na pendência de consulta formulada pelo devedor, não haverá incidência de juros de mora e penalidades previstas em lei, no caso de não pagamento do crédito no vencimento.</p> <p>(D) a transação celebrada em processo judicial, com concessões mútuas, para solução do litígio e extinção do crédito tributário dependerá apenas da homologação judicial do acordo.</p> <p>(E) a remissão total do crédito tributário poderá ser concedida em caráter geral, diretamente pela lei concessiva, sem necessidade de preenchimento de requisitos legais por parte do contribuinte beneficiado.</p>	<p>93. A renúncia de receita vem disciplinada na Lei de Responsabilidade Fiscal. É INCORRETO afirmar que a renúncia de receita</p> <p>(A) recai também sobre a redução de alíquotas e base de cálculo que implique redução discriminada de tributos, especialmente sobre impostos de importação, exportação e sobre produtos industrializados.</p> <p>(B) pressupõe estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, dentre outros requisitos.</p> <p>(C) engloba, dentre outras formas, a anistia e a remissão.</p> <p>(D) não impede o cancelamento do débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.</p> <p>(E) precisa estar acompanhada de demonstração de que a receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará metas de resultado ou estar acompanhada de medidas de compensação.</p> <p>94. Prevê o § 8º, art. 165, da Constituição Federal que “a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação da despesa...”. Este trecho do dispositivo expressa o princípio orçamentário da</p> <p>(A) anualidade.</p> <p>(B) não-afetação.</p> <p>(C) unidade.</p> <p>(D) exclusividade.</p> <p>(E) universalidade.</p>



<p>95. Dentro da técnica de realização da despesa pública, considera-se empenho</p> <p>(A) a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.</p> <p>(B) o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.</p> <p>(C) a verificação do direito do credor e a reserva do valor dentro da dotação orçamentária da previsão da receita no orçamento.</p> <p>(D) o documento que indica o nome do credor, a representação da importância da despesa e a dedução desta do saldo da dotação orçamentária.</p> <p>(E) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p>	<p>97. Considerando a classificação das dívidas públicas quanto ao prazo de duração, a dívida pública adquirida por antecipação de receita classifica-se como dívida pública</p> <p>(A) fundada.</p> <p>(B) consolidada.</p> <p>(C) flutuante.</p> <p>(D) de investimento.</p> <p>(E) contratual.</p>
<p>96. Dispõe o art. 100, da Constituição Federal, que “à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judicial, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos...”. Sobre a disciplina constitucional dos precatórios, considere os itens a seguir:</p> <p>I. Os créditos de natureza alimentar estão dispensados de pagamento por meio de precatórios.</p> <p>II. Todos os créditos devidos pela Fazenda Pública serão pagos, independentemente do valor, pelo regime dos precatórios.</p> <p>III. O sequestro de quantia necessária à satisfação do débito tem cabimento exclusivamente para o caso de preterimento do direito de precedência no pagamento do crédito.</p> <p>IV. São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que o pagamento se faça em parte com dispensa do precatório, nos termos autorizados pela Constituição.</p>	<p>98. Diante de um empréstimo público contraído pelo Estado, se o pagamento se der à vista ou por amortização paulatina, de acordo com o estabelecido, estará caracterizada a extinção por</p> <p>(A) consolidação.</p> <p>(B) conversão.</p> <p>(C) reversão.</p> <p>(D) resgate.</p> <p>(E) compensação.</p>
<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>99. Dentre as vedações orçamentárias previstas constitucionalmente NÃO se inclui a</p> <p>(A) vinculação de receitas de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(B) abertura de crédito suplementar, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(C) instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(D) transferência voluntária de recursos pelos Governos Estaduais para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Estados.</p> <p>(E) concessão ou utilização de créditos ilimitados.</p> <p>100. A taxa se diferencia do preço público ou tarifa, dentre outras distinções, porque a taxa</p> <p>(A) remunera poder de polícia e a tarifa remunera serviço público.</p> <p>(B) se classifica como receita corrente tributária e a tarifa como receita corrente de serviço.</p> <p>(C) se submete ao princípio da anterioridade e a tarifa se submete ao princípio da anualidade.</p> <p>(D) se classifica como receita originária e a tarifa como receita derivada.</p> <p>(E) remunera serviço público indivisível e a tarifa remunera serviço público divisível.</p>